



PREFEITURA DE CATAGUASES

DECRETO N° 6.111/2025

Dispõe sobre a regulamentação e execução do serviço público de Loteria de Cataguases (Lotocat) e a instituição do Comitê Gestor da Lotocat (CGLotocat).

José Henriques, Prefeito do Município de Cataguases-MG, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o inciso IV do art. 60 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a declaração do Supremo Tribunal Federal, nos autos das ADPF 492 e ADPF 493 e ADI 4.986, cujo acórdão, publicado em 15 de dezembro de 2020 e transitado em julgado aos 02 de fevereiro de 2021, assegurou que os entes federativos podem explorar as modalidades lotéricas instituídas por lei federal, nos respectivos territórios;

CONSIDERANDO que a Loteria Municipal deve ser desenvolvida de forma a assegurar a geração de receitas públicas não tributárias destinadas ao financiamento de políticas sociais, contribuindo para a redução das desigualdades e a promoção do desenvolvimento local, nos termos do art. 3º, incisos I e III, da Constituição Federal, voltados à erradicação da pobreza e à promoção do bem de todos;

CONSIDERANDO que a exploração de modalidades lotéricas pelos entes federativos configura serviço público em sentido formal, cuja execução poderá se dar por meio de concessão ou credenciamento, nos termos do art. 175 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 5.042, de 09 de agosto de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no território do Município de Cataguases, o funcionamento da Loteria, em harmonia com a Constituição Federal, com o objetivo de assegurar a regular prestação do serviço, notadamente das modalidades contidas na legislação federal com esta denominação, inclusive prevendo a destinação das receitas auferidas para atender as ações voltadas ao desenvolvimento econômico e social, em conformidade com os princípios da administração pública, da legalidade, da eficiência e da supremacia do interesse público, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os dispositivos da legislação federal pertinentes, especialmente o art. 26 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023; bem como os arts. 19, III; 22, XX; 30, I e II; 175 e 195, III, todos da Constituição Federal, DECRETA:



PREFEITURA DE CATAGUASES

Art.1º - A Loteria Municipal de Cataguases, criada pela Lei Municipal nº 5.042, de 09 de agosto de 2024, é um serviço público cuja exploração compete à Secretaria Municipal da Fazenda.

§1º A Loteria Municipal de Cataguases tem por finalidade gerar receitas públicas não tributárias, destinadas ao financiamento de ações e serviços à Saúde, Assistência Social e à redução da vulnerabilidade social, Esporte, Cultura, ações e projetos de acessibilidade e de inclusão das pessoas com deficiência ou idosas, ações voltadas ao Meio Ambiente e demais políticas públicas voltadas à concretização dos direitos sociais, por meio da exploração de modalidades lotéricas no território do Município, incluindo jogos realizados em terminais eletrônicos físicos, bem como em plataformas digitais acessadas via internet (online), observadas as modalidades previstas na legislação federal vigente.

§2º A Secretaria Municipal da Fazenda é o órgão responsável pela implementação, exploração, administração e fiscalização do serviço público de loterias no Município de Cataguases, podendo executar diretamente ou delegar, mediante permissão, concessão ou outra modalidade prevista na legislação que rege as contratações públicas, as atividades operacionais inerentes à exploração do jogo lotérico.

§ 3º A outorga do serviço lotérico em âmbito do Município de Cataguases, precedida do devido procedimento licitatório, será concedida para o interessado que atender aos requisitos de idoneidade, capacidade técnica e financeira, e demais condições previstas nas normativas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos deste Decreto, da Lei Municipal nº 5.042, de 09 de agosto de 2024, e demais legislações vigentes.

Art.2º - Para efeitos deste Decreto, são consideradas as seguintes definições:

I - Loteria: serviço público municipal, criado pela Lei Municipal nº 5.042, de 09 de agosto de 2024, tem por objeto o fomento de áreas sociais relevantes, através da captação de receita não tributária resultante da exploração de modalidades lotéricas no território do Município de Cataguases;

II - Modalidade lotérica: todo grupo de produtos ou eventos em que há registro de aposta, sorteios ou competições com premiações, autorizados pelo Comitê Gestor da Lotocat (CGLotocat) e que tenha sido instituída originalmente na legislação federal com esse título;

III - Operador lotérico municipal: pessoa jurídica de direito privado, na qualidade de concessionária ou de permissionária para o desenvolvimento de produtos e de todas as demais atividades necessárias à respectiva comercialização, através da internet ou de pontos de venda físicos, no território do Município de Cataguases;

IV - Produto Lotérico: produtos criados com fundamento nas modalidades lotéricas vigentes e em conformidade com as normativas do Comitê Gestor da Lotocat;

V - Plano Lotérico: documento que conterà as condições gerais de cada produto lotérico, suas características e descrições;



PREFEITURA DE CATAGUASES

VI - Payout: é o montante de dinheiro ou de bens destinados aos pagamentos das premiações, acrescido dos tributos incidentes sobre tais pagamentos, conforme previsão do Plano Lotérico e na legislação vigente;

VII - GGR (Gross Gaming Revenue) é o valor total arrecadado com apostas menos os prêmios pagos aos apostadores;

VIII - Jogo on-line: canal eletrônico que viabiliza a aposta virtual em jogo no qual o resultado é determinado pelo desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos definido no sistema de regras;

IX - Transtorno patológico do jogo (ludopatia): distúrbio de natureza psicológica e comportamental caracterizado pelo impulso incontrolável de participar de jogos e apostas, de forma repetitiva e persistente, apesar das consequências negativas à vida pessoal, familiar, social, financeira ou profissional do indivíduo. Trata-se de uma condição reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, classificada como transtorno do comportamento relacionado a jogos de azar.

X - bilhete físico: bilhete impresso; e

XI - bilhete virtual: bilhete eletrônico e online disponibilizado na internet.

Art.3º - O percentual da arrecadação bruta decorrente da comercialização de produtos lotéricos destinados ao Payout deverá constar expressamente no seu respectivo Plano Lotérico, podendo ser alterado a cada novo período, mediante anuência prévia e expressa da Secretaria Municipal da Fazenda, ou nos termos do contrato celebrado com o Operador Lotérico, para garantir a sua competitividade e eficiência, visando sempre atender ao interesse público do Município.

§1º. Serão observados, ainda, os seguintes critérios quanto à premiação:

I – Se a modalidade lotérica for de quota fixa, ela deverá ser explorada sem a fixação de percentual mínimo destinado ao Payout, eximindo o Município de Cataguases dos riscos financeiros em eventual resultado negativo da operação.

II - Para as modalidades lotéricas de quota variável, em que o valor do prêmio a ser pago ao vencedor será conhecido após a realização da aposta, deverá ser observada a estipulação de Payout mínimo definido na tabela do Anexo I, sendo facultado ao Operador Lotérico adotar Payout superior, desde que preservado o valor a ser compartilhado com o Município de Cataguases; e

III - Nos Produtos Lotéricos que envolvam sorteios ou premiação instantânea, os respectivos Planos Lotéricos deverão observar o percentual mínimo destinado ao pagamento dos prêmios, este calculado em relação ao valor de face do bilhete ou da aposta registrada, conforme normativas divulgadas pelo Comitê Gestor da Lotocat.

§2º Em atenção ao contido neste dispositivo, os percentuais mínimos destinados aos cálculos para pagamento de prêmios e os recolhimentos dos respectivos tributos, estes que em conjunto formam o payout, obedecerá à tabela do Anexo I deste Decreto.



PREFEITURA DE CATAGUASES

IV - O montante destinado aos prêmios deverá constar expressamente no Plano Lotérico de cada Produto Lotérico comunicado e aprovado previamente pelo Comitê Gestor da Lotocat, podendo ser alterado somente quando for alterado o plano de jogo, para garantir a sua competitividade e eficiência, visando sempre atender o interesse público do Município de Cataguases.

Art.4º - Para a consecução de seus objetivos, a Secretaria Municipal da Fazenda deve:

I - planejar, normatizar e assegurar a correta exploração dos serviços lotéricos, respeitando-se os limites do território do Município;

II - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos que regem a matéria para contratação, mediante concessão, permissão ou autorização, de terceiro que atenda os critérios de qualificação e demais exigências previstas em edital, para a exploração das modalidades lotéricas instituídas pela União Federal;

III - fiscalizar todas as etapas da exploração dos serviços lotéricos pelo Operador Lotérico e demais envolvidos no processo de criação, controle, auditoria, certificação, gestão e outros;

IV - desenvolver, com as demais Secretarias e órgãos públicos que receberem benefícios da exploração das modalidades lotéricas, a promoção e respectiva divulgação à sociedade e à Administração dos benefícios da Loteria do Município de Cataguases;

V - aprovar os Planos Lotéricos, nos quais serão estipuladas as condições gerais sobre cada produto lotérico, previamente à sua comercialização no território do Município de Cataguases;

VI - repassar os resultados líquidos apurados pela Loteria do Município de Cataguases, nos termos deste Decreto; e

VII - assegurar a correta destinação dos valores a serem empregados em ações e programas voltados ao desenvolvimento econômico e social do Município, nos termos previstos no art. 5º, incisos I a VI, da Lei Municipal nº 5.042, de 09 de agosto de 2024.

Parágrafo único. As competências previstas neste artigo poderão ser delegadas, total ou parcialmente, ao Comitê Gestor da Lotocat do Município de Cataguases, mediante ato formal da própria Secretaria Municipal da Fazenda, observado o devido registro no Diário Oficial do Município e os princípios da legalidade, eficiência, moralidade administrativa e interesse público.

Art.5º - Fica instituído o Comitê Gestor da Lotocat (CGLotocat) composto por 1 (um) titular e um suplente designados pelo Prefeito dentre os seguintes órgãos:

I – Secretaria Municipal da Fazenda, a quem competirá a sua presidência;

II - Secretaria Municipal de Administração;

III - Secretaria de Desenvolvimento e Gestão Institucional.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Art.6º - A. O Comitê Gestor da Lotocat do Município de Cataguases é órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, com funcionamento permanente e autonomia técnico-administrativa para o exercício de suas competências.

§1º O Comitê Gestor da Lotocat reunir-se-á ordinariamente ao menos trimestralmente e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 2º As deliberações do Comitê Gestor da Lotocat serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º O funcionamento do Comitê Gestor da Lotocat será disciplinado por regimento interno, aprovado em reunião deliberativa por seus membros.

Art.7º - Compete o Comitê Gestor da Lotocat da Loteria Municipal de Cataguases:

- I – definir o modelo de exploração das modalidades lotéricas, tanto por meio físico de base territorial quanto por meio digital e online, podendo, inclusive, viabilizar a exploração direta ou indireta, mediante contratação de serviços, concessão, permissão, autorização ou licenciamento por credenciamento, conforme o caso;
- II – emitir regulamentos, por meio de portarias e demais atos normativos, relativos à gestão e operação da loteria municipal;
- III – fixar prazos para o cumprimento de obrigações decorrentes da legislação, dos contratos e das autorizações concedidas para a exploração das modalidades lotéricas, inclusive nos meios digitais, quando não previamente estabelecidos em norma superior;
- IV – analisar e deliberar sobre planos de implantação e projetos de infraestrutura ou outros equipamentos vinculados a obrigações legais ou contratuais das operadoras, concessionárias, permissionárias ou licenciadas;
- V – exercer as competências atribuídas ao Município por lei ou por contrato, com vistas à proteção do interesse público e à boa governança da loteria municipal;
- VI – decidir, em caráter definitivo, os processos administrativos de sua competência e aplicar as penalidades previstas na legislação ou nos contratos, podendo adotar medidas cautelares sempre que necessário;
- VII – deliberar sobre a realização de diligências necessárias à boa instrução dos processos sancionatórios, observando o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal;
- VIII – expedir e aprovar códigos de conduta, manuais operacionais e boas práticas aplicáveis às atividades lotéricas sob sua jurisdição;



PREFEITURA DE CATAGUASES

IX – elaborar e divulgar relatórios periódicos sobre as atividades relacionadas à exploração da loteria municipal, com vistas à transparência e controle social;

X – elaborar e executar o orçamento anual destinado às atividades de regulação, fiscalização e administração da loteria municipal, assegurando sua efetiva implementação;

XI – conduzir os procedimentos de contratação dos serviços públicos lotéricos, incluindo concessões, permissões, autorizações ou credenciamentos, conforme a legislação aplicável;

XII – homologar os sistemas técnicos e tecnológicos vinculados às operações lotéricas, incluindo os de apostas online, observando os padrões técnicos internacionais e as melhores práticas de segurança, integridade, rastreabilidade e lisura, tais como as certificações GLI, ISO 27001, WLA-SCS, ou outras reconhecidas pelo Comitê Gestor da Lotocat;

XIII – determinar, sempre que necessário, a realização de auditorias, sindicâncias, inquéritos ou outras averiguações sobre a gestão e operação das entidades envolvidas, inclusive quanto à situação econômica, financeira, contratual e tributária dos agentes operadores;

XIV – controlar, inspecionar, regular, sancionar e deliberar sobre a exploração direta ou indireta do serviço público de loteria no Município de Cataguases, conforme as modalidades previstas na legislação federal vigente;

XV - analisar e emitir parecer prévio sobre as prestações de contas anuais.

Art. 8º - A. A aplicação das sanções administrativas previstas nos incisos VI e VII do art. 6º deste Decreto observará o devido processo legal, assegurando-se o contraditório, a ampla defesa e a motivação dos atos administrativos.

§ 1º. O rito processual sancionatório será disciplinado em regulamento próprio, a ser elaborado e aprovado pelo Comitê Gestor da Lotocat, observados, no mínimo, os seguintes parâmetros:

I – Instauração de processo administrativo mediante auto de infração motivado, com descrição clara da conduta e da norma violada;

II – Notificação formal do interessado, com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa escrita e juntada de documentos;

III – Possibilidade de produção de provas e manifestação oral em audiência pública, se requerido;

IV – Julgamento colegiado pelo Comitê Gestor da Lotocat, com decisão fundamentada e possibilidade de aplicação de penalidades proporcionais à gravidade da infração;



PREFEITURA DE CATAGUASES

V – Previsão de recurso administrativo ao Secretário Municipal da Fazenda responsável pela Loteria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com manifestação jurídica da Procuradoria-Geral do Município, quando cabível;

VI – Medidas cautelares poderão ser adotadas quando houver risco à continuidade, integridade, segurança ou legalidade da exploração dos serviços lotéricos, devendo ser justificadas e proporcionais;

VII - Possibilidade de acordo entre as partes visando o melhor interesse para o Município.

§2º O regulamento complementar do rito sancionador deverá ser editado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da entrada em vigor deste Decreto.

Art. 9º - Serão explorados, nos termos deste Decreto, os produtos lotéricos criados pelos Planos Lotéricos previamente homologados pela Secretaria Municipal da Fazenda, em observância às modalidades lotéricas devidamente instituídas pela União Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 13.756/2018, ou em lei que a altere, a saber:

I - Modalidade lotérica passiva: modalidade em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico e on-line disponibilizado na internet);

II - Modalidade de concurso de prognósticos numéricos: modalidade em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III - Modalidade de concurso de prognóstico específico: modalidade instituída pela Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV - Modalidade de prognósticos esportivos: modalidade em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;

V - Modalidade lotérica de resultado instantânea: modalidade que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não contemplado com alguma premiação; e

VI - Modalidade de aposta de quota fixa: modalidade que consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

§1º Outras modalidades eventualmente autorizadas por lei federal poderão ser exploradas pelo Operador Lotérico, mediante expressa autorização do Poder Concedente.

§2º Visando à exploração imediata das modalidades lotéricas acima descritas e com o objetivo de assegurar receitas não tributárias ao Município de Cataguases, a Loteria Municipal está autorizada a realizar processo seletivo público, por meio de procedimento regulamentado em ato próprio, para fins de delegação da exploração dos serviços públicos lotéricos, nos termos da legislação aplicável.

§3º Os produtos desenvolvidos nos termos das modalidades lotéricas tratadas por este Decreto, deverão atender, minimamente, as seguintes disposições:



PREFEITURA DE CATAGUASES

I - Publicação das regras de cada produto lotérico, disponível em website próprio, bem como nos próprios produtos lotéricos;

II - Previsão de práticas de prevenção ao transtorno patológico do jogo (ludopatia), bem como de promoção da integridade, lisura e transparência das apostas e dos sorteios, devendo o Operador Lotérico implantar, custear e manter canal adequado de atendimento ao consumidor.

III- Previsão de destinação de receita para o Município de Cataguases, a título de outorga variável, também denominada royalties, pela outorga dos direitos de exploração, quando as modalidades forem exploradas por particulares, em percentual não inferior a 5% (cinco por cento), incidente sobre o GGR – Gross Gaming Revenue, entendido como o total das apostas arrecadadas deduzido o montante pago a título de prêmios.

Parágrafo único. O percentual referido no caput, bem como a forma, a periodicidade e os mecanismos de recolhimento, deverão constar expressamente nos editais de seleção pública e nos respectivos contratos administrativos, aplicando-se a todas as modalidades lotéricas exploradas no território do Município de Cataguases.

IV - Cada Produto Lotérico terá a sua dinâmica de sorteio descrita previamente na cartela do produto, preferencialmente, ou em outros meios de maneira inequívoca, aqui considerado o conjunto de regras que define a quantidade e preço das apostas, a quantidade, a qualidade e o valor dos prêmios, a probabilidade de premiação, o prazo previsto de circulação, meios de comercialização, tecnologias empregadas e as demais especificações que compõem um produto lotérico e/ou uma série de sorteios e produtos.

V - O resultado dos sorteios da Loteria da União Federal poderá ser adotado para as modalidades similares da Loteria Municipal, desde que haja compatibilidade técnica entre os modelos de sorteio e mediante ato formal do Comitê Gestor da Lotocat, que deverá atestar sua adequação e publicidade.

VI- Para as modalidades em que houver a captação de apostas pela Internet ou outro meio eletrônico, deve ficar previamente assegurado o atendimento à territorialidade, mediante certificação emitida por pessoa jurídica ou órgão especializado, observadas as exigências complementares definidas pelo Comitê Gestor da Lotocat.

Art.10 - O Comitê Gestor da Lotocat do Município de Cataguases deverá assegurar a transparência da gestão do serviço público lotérico, mediante a publicação periódica de relatórios de prestação de contas, incluindo:

I – a arrecadação bruta e líquida de cada modalidade lotérica;

II – os valores repassados às áreas sociais beneficiárias, nos termos da lei;

III – os contratos firmados com operadores lotéricos e demais prestadores de serviços;

IV – as ações voltadas à integridade, prevenção ao transtorno do jogo patológico (ludopatia) e proteção ao consumidor.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Parágrafo único - Os relatórios referidos no caput deverão ser publicados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura e disponibilizados para acesso público em linguagem acessível.

Art.11 - O Comitê Gestor da Lotocat do Município de Cataguases fica autorizada a expedir normas complementares, portarias, regulamentos técnicos e demais atos administrativos necessários à fiel execução deste Decreto, inclusive no que se refere aos procedimentos operacionais, tecnológicos e contratuais relacionados à exploração dos serviços públicos lotéricos.

Art.12 - A receita líquida da Loteria Municipal de Cataguases corresponde ao valor obtido com a comercialização dos produtos lotéricos, deduzidos os montantes destinados ao pagamento dos prêmios aos apostadores (payout), os tributos incidentes e as despesas operacionais diretamente vinculadas à execução do serviço público lotérico, conforme previsto na legislação vigente.

§1º Para os fins deste Decreto, considera-se produto da arrecadação o total bruto auferido com a comercialização dos produtos lotéricos, do qual poderão ser deduzidos os seguintes itens:

- I – Os valores efetivamente pagos a título de prêmios aos apostadores;
- II – Os tributos incidentes sobre a premiação, especialmente o Imposto de Renda, quando exigível, nos termos da legislação federal aplicável;
- III – As despesas operacionais essenciais e diretamente relacionadas à execução e manutenção da atividade lotérica, desde que previamente autorizadas pelo Comitê Gestor da Loteria Municipal ou pela autoridade competente.

§2º. O recolhimento do produto da arrecadação será de responsabilidade da pessoa jurídica concessionária, permissionária ou autorizada, a qualquer título, para explorar o serviço público de loterias, sem qualquer ônus para o Município. A referida pessoa jurídica deverá apresentar prestação de contas mensal, acompanhada do repasse da parcela devida ao Município de Cataguases, conforme estabelecido nos contratos e nas normas regulamentares.

§3º. A base de cálculo para os repasses destinados às finalidades sociais, institucionais ou administrativas previstas neste Decreto será sempre apurada sobre a receita líquida efetivamente destinada ao Município, após as deduções definidas no § 1º.

§4º Todos os produtos lotéricos explorados no território do Município deverão prever, de forma expressa, o pagamento de outorga variável (royalties) à Municipalidade, em percentual não inferior a 5% (cinco por cento), incidente sobre o GGR (Gross Gaming Revenue), nos termos do § 3º, inciso III, do art. 7º deste Decreto, como condição para a exploração do serviço público lotérico.

Art.13 - Constituem receitas do Município decorrentes da exploração do serviço de loteria no Município de Cataguases:



PREFEITURA DE CATAGUASES

- I – Os valores arrecadados a título de outorga variável, também denominada royalties, incidentes sobre o GGR (Gross Gaming Revenue), nos termos deste Decreto e dos contratos celebrados com operadores privados;
- II – a receita decorrente de pagamentos da outorga fixa pela concessão e pela expedição da permissão ou da autorização, conforme o caso, e que será devida por todos os operadores lotéricos;
- III – os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras;
- IV – dotações orçamentárias consignadas em seu favor;
- V – os auxílios, subvenções, doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- VI – Os valores oriundos de acordos, ajustes ou convênios firmados com entes públicos ou privados;
- VII – cobrança de tarifas e emolumentos na forma da lei;
- VIII – A receita oriunda da prestação de serviços administrativos relacionados à expedição, renovação e fiscalização de licenças, homologações, certificações e demais atos regulatórios da alçada do Município;
- IX - Quaisquer outras fontes legalmente previstas ou autorizadas.

Art.14 - A receita líquida obtida com a exploração do serviço público da Loteria do Município de Cataguases, será destinada conforme os seguintes percentuais:

- I– 30% (trinta por cento) destinados para o custeio de ações voltadas a área da Saúde;
- II– 30% (trinta por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à Assistência Social e a redução da vulnerabilidade social;
- III– 10% (dez por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à área do Esporte;
- IV– 10% (dez por cento) destinados para o custeio de ações voltadas à área da Cultura;
- V– 10% (dez por cento) destinados para o custeio de ações e projetos de acessibilidade e de inclusão das pessoas com deficiência ou idosas.
- VI– 10% (dez por cento) destinados para o custeio de ações voltadas ao Meio Ambiente.

§1º Caberá ao Comitê Gestor da Lotocat disporá, por meio de ato próprio, sobre os procedimentos para repasse e controle da aplicação dos recursos previstos neste artigo, assegurada a devida transparência.

§2º Os valores dos prêmios não reclamados pelos apostadores contemplados no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da divulgação oficial do resultado, serão considerados prescritos e revertidos em favor da administração pública municipal, seguindo o percentual proporcional de destinação elencado no caput deste artigo.

Art.15 - Os operados lotéricos deverão, mensalmente, prestar contas ao Comitê Gestor da Lotocat, devendo informar dados sobre:



PREFEITURA DE CATAGUASES

- I – Faturamento;
- II – Premiações;
- III – Pagamento de Tributos;
- IV – Recolhimento da outorga variável devida ao Município.

Art.16 - Compete ao Comitê Gestor da Lotocat dispor sobre a auditoria dos sorteios lotéricos, a certificação de produtos, os procedimentos operacionais relacionados às modalidades lotéricas, bem como outros temas técnicos correlatos, observadas as normas federais aplicáveis e os princípios da administração pública.

Art.17 - A Secretaria Municipal da Fazenda, na qualidade de executora do serviço público da loteria municipal, atuará em conjunto ao Comitê Gestor da Lotocat na fiscalização da atividade lotérica, podendo, diretamente ou por meio de convênios, ajustes, contratos ou outros instrumentos congêneres, realizar vistorias em equipamentos, instalações físicas, processos e procedimentos operacionais, inclusive nos pontos de venda com atendimento ao público, terminais físicos ou casas de apostas.

Parágrafo único. Sempre que necessário, poderão ser requisitadas inspeções técnicas da vigilância sanitária ou de outros órgãos competentes, especialmente quando houver locais físicos com fluxo de usuários, equipamentos eletrônicos, manipulação de bens, ou serviços que justifiquem análise ambiental, sanitária ou de segurança.

Art.18 - A inobservância, pelos concessionários, permissionários, autorizados e demais contratados para a execução das atividades lotéricas no Município, das normas legais, regulamentares ou contratuais aplicáveis, implicará a aplicação de sanções administrativas, de competência do Comitê Gestor da Lotocat, conforme a gravidade da infração, mediante auto de infração devidamente fundamentado, independentemente de ordem judicial.

- I – advertência;
- II – multa administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis;
- III – suspensão temporária de funcionamento;
- IV – cassação da concessão, permissão, autorização ou outro instrumento de delegação firmado.

§1º Será assegurado aos interessados o contraditório e a ampla defesa, antes da aplicação de qualquer penalidade prevista neste artigo, conforme rito a ser estabelecido em regulamento próprio.

§ 2º Das decisões sancionatórias proferidas pelo Comitê Gestor da Lotocat caberá recurso administrativo, a ser dirigido à instância superior prevista no regulamento, com parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município, quando for o caso.



PREFEITURA DE CATAGUASES

§ 3º É vedada a exploração de modalidades lotéricas no território do Município de Cataguases sem a devida concessão, permissão, autorização ou outra forma de contratação formalizada pelo Comitê Gestor da Lotocat, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, ressalvadas as explorações realizadas diretamente pela União ou pelo Estado de Minas Gerais, no exercício de suas competências constitucionais e nos termos da legislação federal aplicável.

Art.19 - O Comitê Gestor da Lotocat poderá instituir, no âmbito da execução das atividades lotéricas, mecanismos de Controle Interno, Integridade (Compliance) e Ouvidoria, com o objetivo de prevenir irregularidades, promover a conformidade regulatória, mitigar riscos operacionais e administrativos, e garantir o recebimento estruturado de denúncias, reclamações e sugestões da sociedade, em consonância com os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência.

§1º As funções de controle interno, integridade e ouvidoria poderão ser desempenhadas por meio de designação funcional de servidores públicos, integração com estruturas administrativas já existentes no âmbito do Município, ou ainda por meio de convênio ou parceria com órgãos ou entidades públicas ou privadas especializadas, conforme critérios de conveniência e oportunidade definidos pelo Comitê Gestor.

§2º As atividades mencionadas neste artigo deverão observar as diretrizes do órgão central de controle interno do Município, ao qual estarão funcionalmente vinculadas, resguardada a autonomia técnica necessária para o exercício de suas atribuições.

§3º O Comitê Gestor da Lotocat poderá, ainda, editar código de integridade e normativos internos sobre condutas éticas, prevenção à lavagem de dinheiro, proteção ao consumidor e combate ao conflito de interesses no âmbito das atividades lotéricas do Município.

Art.20 - Os operadores lotéricos e demais agentes, incluindo prestadores de serviços contratados, são integralmente responsáveis pela correta exploração dos produtos lotéricos e responderão por todos os atos praticados por seus representantes, prepostos ou contratados, inclusive por eventuais prejuízos causados a terceiros, ainda que decorrentes da atuação de pessoas jurídicas por eles contratadas.

Parágrafo único - Mensalmente, deverá ser disponibilizado espaço em meio visível de publicidade para que sejam realizadas campanhas contra a ludopatia.

Art.21 - É vedada a participação em campanhas publicitárias, a realização de apostas e a aquisição de produtos lotéricos das modalidades municipais por pessoas com idade inferior a 18 (dezoito) anos, bem como por aquelas consideradas legalmente incapazes.

Art.22 - O exercício financeiro da Loteria Municipal coincidirá com o ano civil.

Art.23 - O orçamento da Loteria Municipal será uno e anual, compreendendo a previsão de receitas, fixação de despesas e a alocação de recursos em programas e ações.



PREFEITURA DE CATAGUASES

Art.24 - A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio do Comitê Gestor da Lotocat, na qualidade de executora do serviço lotérico, será responsável pela prestação de contas ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Minas Gerais - TCEMG.

Art.25 - Deverão ser rigorosamente observadas as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Art.26 - A implantação e implementação das disposições deste Decreto fica condicionada à observância da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) de 4 de maio de 2000, e da Lei Federal nº 9.504 (Estabelece normas para as eleições), de 30 de setembro de 1997.

Art.27 - O Comitê Gestor da Lotocat está autorizado a estabelecer mecanismos de cooperação administrativa com outros entes da Federação, especialmente para a prevenção e repressão de práticas ilícitas associadas à exploração de jogos, em meio físico ou online.

Parágrafo único - Além dos mecanismos de cooperação, deverão ser adotadas medidas de jogo responsável, incluindo a manutenção de banco de dados com pessoas impedidas de apostar por decisão voluntária, administrativa ou judicial. Esse banco poderá ser integrado a cadastros estaduais ou nacionais, conforme a legislação vigente, bem como o operador deverá exigir o processo de verificação da conta (Know Your Customer - KYC) e garantir ao usuário meios acessíveis, seguros e gratuitos para exercer o direito à auto-exclusão.

Art.28 - Fica autorizado ao Comitê Gestor da Lotocat, no exercício de suas atribuições, utilizar, diretamente ou por meio de terceiros, sistemas e plataformas digitais com soluções tecnológicas voltadas à arrecadação de receitas e ao pagamento de prêmios, incluindo mecanismos de integração com créditos gerados pela aquisição de produtos lotéricos e demais funcionalidades eventualmente providas pelo Município, conforme a legislação federal aplicável.

Art.29 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 18 de junho de 2025.

José Henriques
Prefeito

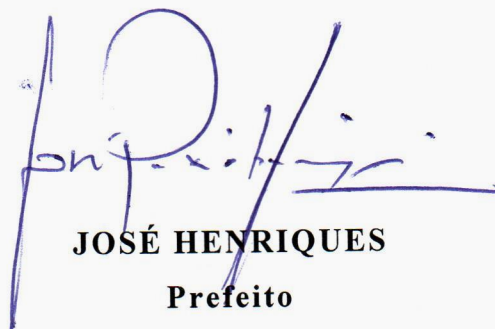


PREFEITURA DE CATAGUASES

ANEXO I

MODALIDADE LOTÉRICA	PAYOUT MÍNIMO
Prognóstico Numérico (baseados em sorteios)	45%
Prognóstico Esportivo	55%
Prognóstico Específico	50%
Instantânea	65%
Passiva	60%
Apostas de Quota Fixa	60%

Gabinete do Prefeito.
Cataguases, 18 de junho de 2025.



JOSÉ HENRIQUES
Prefeito